



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Intervenção do Presidente do Tribunal Supremo, na inauguração do edifício do Tribunal Superior de Recurso de Nampula

Sua Excelência, Eng. Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique

Distintos convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao tomarmos a palavra, saudamos a todos os presentes nesta cerimónia e, em especial, a Vossa Excelência Senhor Presidente da República. Trata-se duma saudação que fazemos com levado apreço do Poder Judicial ao nosso Chefe do Estado por nos honrar, com a presença e presidir este acto e, desse modo, conferir-lhe uma relevância e um significado que vão para além da importância cerimonial e ritual, mas acima de tudo, pelo moço entusiasmo que dedica ao melhoramento das condições de funcionamento das instituições judiciais e forenses, sendo disso exemplo a “Iniciativa Presidencial, Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal”.

Hoje procedemos à inauguração do TSR de Nampula.

A inauguração, hoje, do novo edifício constitui mais um marco histórico digno de registo na caminhada da consolidação da justiça no nosso solo pátrio.

O Tribunal Superior de Recurso de Nampula, tal como os demais tribunais superiores, foi criado pela Lei n. 24/2007, de 20 de Agosto. Não entrou logo em funcionamento, por falta de infra-estruturas e outras condições, tendo as suas competências sido atribuídas, transitoriamente, ao Tribunal Supremo. Foi no dia 12 de Novembro de 2012 que instalamos, finalmente, o TSR de Nampula nesta Cidade, com duas secções, uma cível e outra criminal. Na mesma data tomou posse a sua primeira Presidente, a Dra. Maria Alexandra Zamba.

Porque não dispúnhamos de instalações próprias, o Tribunal foi instalado e vinha funcionando num edifício arrendado a um particular.

Com a inauguração do novo edifício, as vantagens são inúmeras:

- Estamos em condições de instalar novas secções, começando pela entrada em funcionamento da 4ª Secção, há muito criada e que não entrava em funcionamento por exiguidade de espaço.
- Vínhamos pagando uma renda mensal de 116.270.00MT; assim, iremos poupar, anualmente, o valor de 1.395.250.000,00MT, valor que será usado para outras necessidades do tribunal;

- Temos uma fonte autónoma de abastecimento de água para o edifício e os painéis solares permitem-nos usar a energia da EDM apenas como *back up*.

No âmbito do cumprimento do nosso Plano Estratégico, nas componentes de integridade, celeridade e qualidade, iremos instalar, neste edifício, a delegação da Inspeção Judicial para região norte do país.

Senhor Presidente da República;

Distintos Convidados;

Sendo este o último acto de inauguração de um edifício construído no âmbito da Iniciativa, que é dirigido por Vossa Excelência, não podemos deixar de realçar os benefícios concretos da mesma.

Com a Iniciativa, alcançamos a cobertura territorial de tribunais judiciais de distrito em funcionamento em todas as Províncias, com excepção de Cabo Delgado, cujas obras ainda estão em curso.

Assim, graças à Iniciativa, dos 23 Distritos que não tinham tribunais a funcionar, passamos para apenas 4, todos em Cabo Delgado (Ibo, Quissanga, Metuge e Muidumbe).

Tivemos alguns constrangimentos recentes, com a vandalização dos edifícios do Tribunal de KaMaxaquene, na Cidade de Maputo, Chibuto e

Macia, na Província de Gaza, de Ile, Inhassunge, Lugela, Morrumbala, Mucubela, Mulevala, Namacurra e Pebane, na Província da Zambézia, de Lalaua, Larde, Liúpo e Erati-Namapa, nesta Província de Nampula. Infelizmente, teremos que desviar recursos que poderiam ser usados para novas obras ou outros investimentos, para a reconstrução ou reabilitação dos edifícios destruídos ou danificados, aquisição de mobiliário e equipamento diverso.

Também teremos que reconstruir os processos destruídos e, para tal, contamos com a colaboração de todos os envolvidos, designadamente, o Ministério Público, SERNIC, SERNAP, as partes processuais e seus mandatários, os denunciantes, vítimas, testemunhas, declarantes e peritos. Lamentamos a antecipada demora na resposta judicial em relação a tais processos, alguns dos quais já estavam na fase final.

Excelências;

À par dos tribunais de distrito, a Iniciativa permitiu que todos os Tribunais Superiores de Recurso passassem a funcionar em edifícios próprios, com capacidade acrescida. É nestas instalações que temos vindo a enfrentar os maiores constrangimentos em termos de morosidade processual.

A nível dos Tribunais de Província, foram construídas as obras dos Tribunais Judiciais de Inhambane, Manica, Zambézia e Niassa. Os edifícios dos Tribunais de Maputo e de Nampula estão na fase conclusiva.

Senhor Presidente da República,

Distintos convidados;

A cobertura territorial, com a construção de tribunais de distritos onde não tínhamos tribunais a funcionar, melhorou o acesso físico à justiça, mas também o acesso económico, pois as pessoas passaram a despende menos para chegarem a um tribunal.

Com a Iniciativa Presidencial e o aumento de magistrados judiciais, melhoramos a nossa capacidade de resposta, o que se traduziu no aumento significativo de processos findos e redução da morosidade processual, principalmente nos tribunais de Distrito.

Com efeito: em termos globais, em 2021, findamos 196.173, em 2022 findamos 207.511, em 2023 findamos 232.179. Estes números representam os máximos históricos dos tribunais moçambicanos.

No âmbito da implementação do Pacote de Aceleração Económica, as facilidades proporcionadas pela Iniciativa (novos edifícios amplos), permitiram-nos expandir os serviços de mediação judicial, como parte da medida 16 (massificação dos mecanismos alternativos de resolução de litígios).

Temos, por isso, motivos para afirmar que a Iniciativa Presidencial trouxe benefícios tangíveis não apenas na dignificação do acesso à justiça, mas também na eficiência dos serviços que prestamos.

A vossa vão de longo alcance, baseada numa compreensão esclarecida das suas atribuições constitucionais e dirigida a uma aproximação cada vez melhor da Justiça aos cidadãos, enaltece grandemente a acção de Vossa Excelência e do Governo que dirige.

O acerto de realizações em prol da Justiça, coloca Vossa Excelência no grupo restrito de estadistas de introduziram transformações estruturantes de consolidação do Estado de Direito.

Hoje assistimos a uma agitação emocional e as paixões interferem numa análise imparcial das vossas realizações. O tempo é o melhor juiz. O Tempo encarregar-se-á de revelar a vossa grandeza.

Senhor Presidente da República;

Esta será, certamente, o último acto público em que privamos no âmbito do cumprimento do vosso mandato como Chefe do Estado moçambicano. Sabemos que os dois mandatos foram tumultuosos: a suspensão do apoio ao orçamento geral do Estado; os constantes ciclones que fustigaram, constantemente, o nosso País que exigiram constantes investimentos e

resiliência. O Estado continuou a funcionar. Com problemas, sim. Mas continuou a funcionar.

As nossas últimas palavras são apenas duas: MUITO OBRIGADO.

Estas palavras, Senhor Presidente, encerram todo o conteúdo comunicativo da gratidão e do sincero reconhecimento pelo seu apurado sentido de Estado e compromisso inabalável com o fortalecimento do Poder Judicial.

Nampula, 08 de Janeiro de 2025